



REFORMA AGRÁRIA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA ABRA

3

5

7

10

10

12

0

ABRA

A Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA — é uma sociedade civil, sem fins lucrativos organizada para promover a realização do processo agro-reformista no Brasil.

A ABRA está registrada sob número 19.112 no livro A-8 do Primeiro Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro, GB.

Na procura de seus objetivos, a ABRA baseia-se na lei em vigor que considera Reforma Agrária "o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade", (ver Lei 504 de 30 de 11/1964, art. 1.º, § 1.º, Estatuto da Terra).

DIRETORIA DA ABRA

Diretor Presidente — José Gomes da Silva

Diretor Executivo — Carlos Lorena

Diretor Financeiro — João Maia da Silva Filho

Conselho Deliberativo:

- Antonio de P. Montenegro
- Carlos Alberto Chiarelli
- Enes Paulo Crespo
- Fernando Pereira Sodero
- Ivan Turgueneff Cajueiro
- José Ary Griebler
- José Félix Neto
- José Francisco da Silva
- José Gonçalves da Silva
- Walter Silva

—————
"Reforma Agrária é o boletim mensal da ABRA"

REDATORES

- Luiz Antonio de Oliveira Costa
- Luis Carlos Guedes Pinto

Registro solicitado ao DNPI

Enderêço: Associação Brasileira de Reforma Agrária — Cx. Postal, 1596
CAMPINAS — S. P.

Capa: "O lavrador" — Portinari — Estilização de W. Lago

—————
E livre a transcrição da matéria publicada neste boletim, desde que citada a fonte.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA

— ABRA —

ANO I

Janeiro de 1971

N.º 1

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	Pág. 3
CONTAG EM LUTA PERMANENTE PELA REFORMA AGRÁRIA — José Francisco da Silva	Pág. 5
COMO VAI A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL? — Carlos Lorena	Pág. 7
NOTICIÁRIO ESPECIALIZADO	
— O que vai pelo mundo	Pág. 10
— Novidade na América Latina	Pág. 10
— Notícias do Brasil	Pág. 12

LEIA NA PRÓXIMA EDIÇÃO

Dividir ou Multiplicar?

América Latina: Ao latifundiário pouco importa que o camponês se vá

APRESENTAÇÃO

A ABRA apresenta-se outra vez aos reformistas de todo o Brasil, editando o seu boletim em nôvo feitio gráfico. Anteriormente já publicado três números em modesta impressão mimeográfica, e distribuição limitada.

As numerosas dificuldades por que tem passado a Reforma Agrária em nosso país e os modestísimos resultados alcançados até agora, antes de desanimar os associados da ABRA, constituíram um chamamento para retomar o trabalho de esclarecimento público sôbre o assunto. Alie-se a isso o recrudescimento dos conflitos de terra que têm tomado o noticiário dos jornais e a necessidade de harmonizar o desenvolvimento nacional com a incorporação do campesinato à nossa economia de mercado, e teremos a razão do nosso retôrno.

REFORMA AGRÁRIA volta com ambições muito modestas: apresentar mensalmente ao público interessado alguns artigos técnicos de seus diretores, redatores e colaboradores; e transcrever as notícias mais interessantes que as publicações especializadas e os jornais do país estamparem sôbre problemas ligados à posse e uso da terra.

Para alcançar êsse objetivo esperamos receber a colaboração de todos os reformistas do país.

A CONTAG E A REFORMA AGRÁRIA

A situação do trabalhador rural é tão má hoje como há centenas de anos passados. Na maioria dos casos a situação do escravo não melhorou com a simples abolição da escravatura. O senhor rural via o escravo como máquina de trabalho que lhe pertencia e que devia convenientemente alimentado, vestido e alojado, para não enfraquecer ou cair doente. O proprietário tinha interesse em não perder o capital investido na compra do escravo.

A abolição chegou, mas a estrutura latifundiária, criada para uma situação colonial baseada no trabalho do escravo e na monocultura de exportação, foi mantida, não tendo sido estabelecida uma nova estrutura agrária adequada a um país independente ao trabalho livre. Já naquela época alguns homens esclarecidos, como Joaquim Nabuco, fizeram ver a necessidade de Reforma Agrária, mas não toram ouvidos. Em muitos casos as condições de vida ao antigo escravo pioraram, pois em lugar de alimentos, roupas e alojamento precários, mas suficientes para viver, passaram a receber um salário de fome, apenas simbólico, pois o processo de urbanização e industrialização ainda não havia começado e a oferta de mão-de-obra rural já era excedente em vastas áreas. A situação do trabalhador não escravo também piorou, pois a oferta do mercado de trabalho livre foi grandemente ampliada. Assim sendo, a abolição sem Reforma Agrária, por uma cruel ironia,

José Francisco da Silva

Presidente da Confederação Nacional
dos Trabalhadores na Agricultura —
CONTAG.

piorou as condições de vida de numerosos escravos e de trabalhadores livres.

Depois, por muitos anos, a euforia do café e a marcha para a industrialização, foram ampliando o desinteresse das elites e dos dirigentes pela situação concreta da mão-de-obra rural e da estrutura agrária. Mas durante todo esse tempo, como antes e como hoje, todos os erros, desperdícios, ócios e leviandades da sociedade brasileira foram pagos pelo trabalhador rural, que continuou desempregado, subempregado ou vilmente remunerado, salvo raras exceções. Da última guerra mundial para cá órgãos do governo e instituições internacionais voltaram a falar em Reforma Agrária e a esperança começou a brotar em nossos corações.

Estamos hoje absolutamente certos de que só uma Reforma Agrária maciça e urgente, que comporte a entrega da terra a 250.000 famílias anualmente, isto é, 5% dos trabalhadores rurais sem terra, tal como está previsto em sérios estudos realizados pela FAO, poderá melhorar substancialmente o nível de vida das massas rurais, criando o amplo mercado interno necessário à expansão e consolidação da nossa indústria e possibilitando a resolução do problema mais sério que afeta a nossa nacionalidade, isto é, a integração de 40 milhões de marginalizados na comunidade brasileira.

Não sabemos até quando teremos que esperar, mas sabemos que quanto mais o tempo for passando, mais difícil será solução de problemas crônicos brasileiros através da Reforma Agrária, pois a existência de ter-

ras férteis próximas dos centros consumidores é limitada, mas o crescimento numérico das massas rurais é constante e grande. Sabemos também que quando se faz pequenos projetos locais de distribuição de terras, tal como o IBRA e o INCRA fizeram até hoje, é correto falar em "experiências" de Reforma Agrária, mas que isto não é a Reforma Agrária propriamente dita, pois permanece intacto o conjunto da estrutura latifúndio-minifúndio, a oferta excedente de mão-de-obra rural é eliminada, persistem as degradadas relações de trabalho (trabalhador temporário, trabalhador permanente que não chega a receber nem sequer o salário mínimo, parceiro, "morador", posseiro, minifundista, etc.) e não se cria o amplo mercado interno de que necessitamos.

A CONTAG tem dado às autoridades toda a colaboração, sempre que solicitada, em tudo o que se refere à Reforma Agrária, tendo participado de incontáveis reuniões, grupos de estudo, congressos, seminários, onde lutamos por demonstrar que só podemos falar em Reforma Agrária quando partimos para um processo maciço e urgente, que só será possível em termos de projetos simples, baratos, localizados nos latifúndios existentes nas proximidades dos centros consumidores e com a mais ampla participação dos trabalhadores rurais e seus líderes em todas as etapas do processo.

Enquanto não se fizer a Reforma Agrária em toda a sua dimensão, não haverá possibilidade de integração da massa de trabalhadores rurais no processo de desenvolvimento nacional.

COMO VAI A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL ?

A propriedade da terra, iniciou-se, no Brasil, pelos enormes latifúndios chamados Capitâneas Hereditárias, sistema adotado na esperança de que os donatários colonizassem suas glebas, no interesse D'El Rei; mas apenas duas capitâneas tiveram algum progresso; as demais fracassaram completamente. O erro não serviu de lição; através de toda nossa história, continuaram as grandes datas de terra e a "grilagem", tolerada por governantes na crença de que, passando para mãos particulares, essas terras seriam colonizadas.

Ainda hoje grandes áreas da Amazônia, ao longo da Belém-Brasília, vêm se tornando "propriedade privada". Terras que ontem eram devolutas hoje constituem propriedades de muitas dezenas (e centenas) de milhares de hectares. E, hoje, como nos tempos de D. João III, um ou dois em cada centena desses felizardos faz progredir sua re-

Eng.º Agr.º Carlos Lorena

Diretor Executivo da ABRA

gião, abre um Norte do Paraná e contribui para o desenvolvimento do País; os demais esperam pela valorização de suas terras, para exercerem a forma parasitária do direito de propriedade, verdadeiro entrave ao progresso. Enquanto outros países, que limitaram a posse da terra à capacidade empresarial de cada um, tornam-se prósperos países industriais, nós, com a velha desculpa de "país jovem", vamos nos contentando com a situação de sub-desenvolvidos e o fator máximo desse sub-desenvolvimento é a grande massa rural analfabeta, sem direitos, na miséria, porque a terra, o principal fator da produção, de que depende integralmente, encontra-se concentrado em poucas mãos.

O direito da propriedade é fundamental na Democracia, não se podendo aceitar a tese da estatização da terra, que desestimula a produção e o progresso; mas não se pode confundir direito de propriedade, a que corresponde a obrigação social de fazer a terra produzir e de contribuir para o bem estar geral, com abuso da propriedade, que permite a uns poucos reter áreas ilimitadas de terra, além de sua capacidade empresarial, enquanto outros são impedidos de trabalhar e de progredir por sua falta. Nossa indústria bate-se em busca de mercados, mas deixa marginalizada, sem capacidade para consumir, uma parcela de população muito maior que a que constituiria o problemático mercado da ALALC.

O assunto "Reforma Agrária" tem sido entre nós tratado pela mais extrema demagogia ou

pela mais desenfreada reação. E realmente difícil encontrar o equilíbrio em assunto tão delicado; a Revolução de Março parecia tê-lo conseguido, ao promulgar o Estatuto da Terra; mas pontos essenciais desse Estatuto continuam letra morta, mais de seis anos depois de sua promulgação.

Um dos pontos altos do Estatuto da Terra foi o zoneamento do país com base em fatores demográficos, estruturais, sócio-econômicos e geográficos, classificando as diversas áreas em:

- I — Regiões críticas, que estão exigindo reforma agrária (zonas críticas);
- II — Regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social econômico (zonas de Reforma Agrária).
- III — Regiões já economicamente ocupadas (zonas de assistência);
- IV — Regiões ainda em fase de ocupação econômica (zonas de ocupação).

Mesmo com as numerosas deficiências com que o cadastramento foi realizado pelo IBRA, o trabalho de zoneamento lança nova luz sobre o problema fundiário, permitindo melhor compreensão e eliminando aparentes contradições. Mais de 70% do país é constituído por zonas de ocupação em que seria absurdo falar em Reforma Agrária; por outro lado, nas zonas criti-

cas mais de 30% da população comprimem-se em apenas 7% da área.

Esclarecidos os aspectos regionais dos problemas de estrutura agrária, torna-se mais fácil a programação visando adotar em cada área as medidas corretivas ou preventivas necessárias. Essas medidas poderão ser diretas, como a desapropriação, a divisão e a reaglutinação de propriedades ou indiretas como a tributação da terra, a sindicalização rural, a legislação social rural e a regulamentação do arrendamento e da parceria.

Os métodos diretos devem ser aplicados apenas às áreas realmente críticas. Mas DEVEM SER APLICADOS nessas áreas, e não ficar no papel, como vem acontecendo até agora; a desapropriação de terras com pagamento em títulos e sua posterior venda a longo prazo, em pequenos lotes, criando grande número de pequenos proprietários rurais, é perfeitamente lícita, prevista na Constituição Federal, necessária para que o direito de propriedade seja um direito e não um privilégio de pequena minoria; mas vem sendo realizada pelos governos da Revolução, apesar da luta que o primeiro deles empreendeu para fazer aprovar o Estatuto da Terra. Parece que o ardor reformista esgotou-se com a aprovação do Estatuto, não sobrando energia para sua execução.

Já nas áreas de ocupação o papel preventivo deverá caber aos métodos indiretos. O Imposto Territorial Rural, que o Estatuto da Terra tornou progressivo quanto ao tamanho da pro-

priedade e o Imposto de Renda sobre a terra, torna de exploração e as condições sociais, precisa ser criteriosamente regulamentado e aplicado para que exerça certa pressão sobre as grandes propriedades e pressão muito maior sobre as mal exploradas ou que não apresentem condições sociais satisfatórias. Essa pressão, porém, não vem se fazendo sentir com a energia necessária, nem com a orientação devida; recentemente, um decreto federal, praticamente isentou os devedores relapsos do pagamento dos impostos territoriais que há cinco anos vêm sendo sonegados, causando a mais completa desmoralização desse instrumento de ação social.

O sindicalismo trabalhista rural deve ser estimulado, para que os direitos assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural, contem com defensores interessados. Essas duas forças, a tributação e o sindicalismo rural não solucionariam os problemas nas zonas já críticas, mas preveniriam, pelo menos em parte, seu agravamento nas áreas pioneiras. No entanto a criação de sindicatos de trabalhadores rurais encontra pela frente toda sorte de empecilhos, só se realizando à custa de muita luta por parte de um punhado de idealistas.

A resposta à pergunta do título é, portanto, desanimadora; a Reforma Agrária no Brasil não vem sendo realizada pelas medidas diretas e imediatas que se esperavam, e, mesmo as medidas indiretas que viriam colaborar em sua execução ou prevenir o surgimento de novos problemas, estão sendo entorpecidas e inutilizadas.

O QUE VAI PELO MUNDO

COMITÊ DA FAO PARA A REFORMA AGRÁRIA

Já está estabelecido o Comitê Especial da FAO sobre reforma agrária, solicitado pelo décimo quinto período da Sessão de Conferência da FAO. Sua primeira reunião nas regiões em desenvolvimento realizou-se em Santiago em novembro passado.

O presidente do Comitê é o Dr. Carlos Lleras Rastrepo, ex-Presidente da Colômbia; atualmente o Comitê coleta dados das experiências já realizadas de reforma agrária nos países em desenvolvimento e brevemente fará recomendações aos governos dos países membros para a efetivação de programas de Reforma Agrária.

NOVIDADES NA AMÉRICA LATINA

PERU

Celebrado o Primeiro Ano da Reforma Agrária no Peru

A Reforma Agrária no Peru, o mais ambicioso e transcendental objetivo do governo militar revolucionário encabeçado pelo General Juan Velasco Alvarado, destinado a transformar radicalmente a agricultura peruana, acaba de cumprir um ano desde a sua promulgação.

O Ministro da Agricultura, general Jorge Barandiarán Pagador, na única comemoração oficial do "Dia do Camponês" se deslocou em uma rápida viagem ao norte do país, onde entregou em propriedades à cooperativas de camponeses três dos principais complexos agro-industriais do país: os de Cayalti, Tunán e Laredo.

Desde que o presidente Velasco declarou vigente o Plano de Reforma Agrária, em 24 de junho de 1969, citando a histórica frase de Tupac Amaru: "Camponês, o patrão já não comerá mais de tua pobreza", conseguiu-se consideráveis avanços nos principais objetivos trazidos pelo go-

vêrno: elevar o nível dos camponeses e aumentar a produção e produtividade agrícola.

Durante o primeiro ano transcorrido com a reforma agrária no Peru, foram entregues 860.000 hectares a 28.246 trabalhadores rurais, declarou o Ministro Barandiarán. Para 1971 todo o Peru será zona de Reforma Agrária beneficiando assim 600.000 famílias camponesas que configurarão uma nova classe social no país, concluiu o ministro.

No término do presente ano, as primeiras 100.000 famílias camponesas já serão beneficiárias do vasto processo de transformação que vem experimentando a tenência e exploração da agricultura peruana, acrescentou o ministro.

No primeiro ano de trabalho transcorrido, o governo destinou para a Reforma Agrária 3.500.000 hectares e desapropriou 1.300.000 investindo para este processo o equivalente a 40 milhões de dólares.

"A Reforma Agrária que se vem realizando no Peru não tem precedentes no mundo inteiro, pela maneira incruenta e pacífica como se vem cumprindo a transformação radical da agricultura, tenência dos bens e direitos agrários", manifestou o general Barandiarán.

Enfatizou que para 1972 todo o Peru será declarado zona de reforma agrária, salvo as extensas regiões selváticas do país que serão objeto de uma legislação especial.

Um fenômeno original da Reforma Agrária peruana constitui o dito de que apesar de drástica e massiva, não houve baixa na produção e produtividade de mas também se registraram

incrementos em alguns itens, "o que não é comum em nações que tem aplicado reforma agrária", assinalou o ministro.

Neste sentido mencionou que a produção do arroz quase se tem triplicado passando de 250.000 toneladas métricas em 1968 a 604.000 em 1970. "Há muito tempo que vínhamos importando arroz. Este ano não importaremos um só quilo", disse Barandiarán com visível satisfação.

Destacou por outra parte que a produção de açúcar aumentou em 13.000 toneladas. (Notícias Sobre Reforma Agrária, 1970, n.º 3, pág. 8).

CHILE

Desapropriado um povoado inteiro no Chile

Todo um povoado perto da fronteira com a Bolívia será desapropriado pelas autoridades do programa de Reforma Agrária do governo chileno, segundo se informa oficialmente. Esta informação emitida pela junta de desenvolvimento de Puerto Arica diz que a desapropriação do povoado de Visviri, a um quilômetro e meio da fronteira com a Bolívia, se efetuará diante da impossibilidade de se efetuar, neste povoado, melhoramentos urbanos e habitacionais.

As causas desta impossibilidade, segundo a informação, se deve a que quase todas as casas e propriedades pertencem a uma herança ou sucessão ainda não solucionada.

Neste pequeno povoado, que é um ponto importante da estrada de ferro que corre desde Arica até a cidade boliviana de La Paz, vivem atualmente quarenta famílias, que se dedicam à agricultura. (Notícias sobre Reforma Agrária, 1970, n.º 3, pág. 4).

NOTÍCIAS
DO
BRASIL

CEARA

Terra Causa Tensão

É grave a tensão em 7 municípios cearenses por causa de antigas e intermináveis brigas pela posse de terras. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais encaminhou anteontem ao delegado regional do Trabalho no Estado uma denúncia em que enumera mais de 50 casos de litígio no interior e que poderão explodir a qualquer momento, repetindo os trágicos acontecimentos da Fazenda Jupiara, em Canindé e de Ipu.

O Delegado do Trabalho, Vicente Cândido Neto, comunicou-se em seguida com o secretário da Segurança Pública, coronel Hamilton Holanda encaminhando-lhe cópias das representações formuladas pelo sindicato. De acordo com a entidade dos trabalhadores rurais, as zonas de atrito são: 16 casos judiciais e brigas no município de Itapagé; 5 em Barbalha e outros nos municípios de Jardim, Jati, Penaforte, Porteiras e Canindé, além de Araçoiaba e Pacoti.

Após tomar conhecimento das denúncias, o secretário da Segurança encaminhou o assunto a seus assessores. Disse também que quer apurar quais os "abusos e maltardos" que os proprietários de terras infligem aos posseiros, como afirma a denúncia da Federação dos Trabalhadores. Enquanto isso prosseguem na cidade de Ipu as buscas que o destacamento policial realiza visando a captura do agricultor Edgar Lopes de Freitas, que há dias matou, a tiros e golpes de foice, um casal de pro-

prietários. Para auxiliar nas buscas, chegou ontem a Ipu um reforço enviado pela Secretaria da Segurança. (Jornal O Estado de São Paulo — 16/1/71).

CEARA

Mau Uso da Terra

O Ministro da Agricultura, Sr. Cine Lima, encerrou ontem sua visita ao Ceará com uma reunião com os governadores eleitos do Norte-Nordeste. Na abertura desta reunião, o ministro, fez um relato sobre as atividades do Ministério e sobre a filosofia e métodos de ação de cada organismo, suas áreas de atuação e finalidades, e declarou que uma das preocupações do Governo Federal nessa área é o funcionamento da sistemática de posse e uso da terra, que considerou como "em parte responsável por grande número de injustiças verificadas na economia agrícola nordestina". Anunciou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vai promover uma revisão do cadastro rural, pois os atuais conceitos utilizados distorcem a realidade da estrutura fundiária brasileira,

comprometendo-se qualquer tentativa séria de planejamento de uma ação governamental efetiva no setor agrícola. (Jornal do Brasil — 21/1/71).

PERNAMBUCO

Declaração do Governador

O Sr. Eraldo Gueiros, disse pela Associação de Imprensa de Pernambuco, que sua gestão se orientará para a modificação da atual estrutura político-social da agroindústria canavieira do Estado, de modo a levar o homem rural a participar também da distribuição das riquezas do açúcar. O Sr. Eraldo Gueiros afirmou que fará um estudo em profundidade da situação da zona de cana e, em seguida partirá para uma ação vertical "com o propósito de integrar economicamente aqueles que ainda hoje não participam dos benefícios da civilização".

Estas palavras do Governador repercutiram favoravelmente entre as lideranças rurais de Pernambuco, que esperam uma solução definitiva para a crise da agroindústria no ano em curso. (Jornal do Brasil — 16/1/71).